



EccoS Revista Científica

ISSN: 1517-1949

[eccos@uninove.br](mailto:eccos@uninove.br)

Universidade Nove de Julho

Brasil

Baixinho, António Francisco  
A Escola de Viticultura Ferreira Lapa e o associativismo regional em Torres Vedras: suas  
organizações e objetivos nos finais do século XIX  
EccoS Revista Científica, núm. 33, enero-abril, 2014, pp. 17-41  
Universidade Nove de Julho  
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71531141002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# A ESCOLA DE VITICULTURA FERREIRA LAPA E O ASSOCIATIVISMO REGIONAL EM TORRES VEDRAS: SUAS ORGANIZAÇÕES E OBJETIVOS NOS FINAIS DO SÉCULO XIX

THE SCHOOL OF VITICULTURE FERREIRA LAPA AND REGIONAL ASSOCIATIONS IN TORRES VEDRAS: THEIR ORGANIZATIONS AND OBJECTIVES IN THE LATE NINETEENTH CENTURY.

**António Francisco Baixinho**

Doutor em Educação. Investigador Integrado do Centro de Estudos e Intervenção em Educação e Desenvolvimento (CeIED) da Universidade Lusófona de Lisboa  
[ant.baixinho@gmail.com](mailto:ant.baixinho@gmail.com)

**RESUMO:** Pretende-se com este artigo dar a conhecer a Escola de Viticultura Ferreira Lapa, o seu funcionamento e organização, bem como o associativismo agrícola local que surgem praticamente em simultâneo e em consequência da crise que o sector vinícola atravessou nos finais do século XIX. Os objetivos estabelecidos para esta pesquisa foram os seguintes: difundir o conhecimento; evocar a Escola de Viticultura Ferreira Lapa; conhecer a organização de uma escola profissional agrícola no final do século XIX; compreender as consequências da crise da filoxera; compreender as consequências do associativismo sobre o ensino agrícola. Nesta pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa através da análise, seleção e tratamento de documentos e da recolha de informação em fontes bibliográficas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino agrícola. Viticultura. Filoxera. Associativismo.

**ABSTRACT:** The intention with this article is to inform about the School of Viticulture Ferreira Lapa, its operation and organization, as well as local agricultural associations that arise almost simultaneously and in consequence of the crisis that the wine sector has gone through in the late nineteenth century. The objectives set for this research were: to spread knowledge; evoke the School of Viticulture Ferreira Lapa; understand the organization of an agricultural vocational school in the late nineteenth century, understand the consequences of the phylloxera crisis; understand the consequences of associations in the agricultural education. In this research a qualitative methodology was used through the analysis, selection and processing of documents and gathering information on bibliographic sources.

**KEY WORDS:** Agricultural Education. Viticulture. Phylloxera. Associations.

## 1 Introdução

A investigação teve como propósito os seguintes objetivos: difundir o conhecimento; evocar a Escola de Viticultura Ferreira Lapa; conhecer a organização de uma escola profissional agrícola no final do século XIX; compreender as consequências da crise da filoxera; compreender as consequências do associativismo sobre o ensino agrícola.

Nesta pesquisa foi utilizada uma metodologia qualitativa através da análise, seleção e tratamento de documentos e da recolha de informação em fontes bibliográficas. As fontes utilizadas foram os arquivos municipais e nacionais (espólio da escola) e as gazetas locais.

A “moléstia” na viticultura acabou por desencadear o associativismo local, cujo apogeu surge com o “meeting da Ribaldeira”, em 25 de novembro de 1888, onde estiveram presentes 200 pessoas, mas também a implantação do ensino agrícola que surge na sequência das reformas educativas do século XIX.

Costa Cabral estabelece uma reforma geral do ensino, promulgada em 1844, que, embora mantenha o ensino liceal de Passos Manuel, apesar de reduzir o conteúdo escolar – reduzindo o ensino científico –, amplia em dois graus a instrução primária. Com os “regeneradores” no Governo sobressai uma maior preocupação com os processos técnicos. De facto, a governação de Fontes Pereira de Melo reforça a necessidade de se criarem escolas de instrução profissional, no campo das actividades industriais, e inicia o ensino técnico industrial em três graus, elementar, secundário e complementar, em Lisboa e no Porto, pelo decreto de 30 de dezembro de 1852. Por sua vez, o ensino agrícola é criado pelo decreto de 16 de dezembro de 1852 (CARVALHO, 1986) e dividia-se em três graus. O ensino rudimentar correspondia ao primeiro grau, destinava-se a formar abegões, maiores e quinteiros, e era ministrado em “quintas<sup>2</sup> de ensino” que deveriam existir, pelo menos uma, em cada província. O segundo grau, de ensino teórico-prático, seria proporcionado em escolas regionais. O terceiro grau, que constituía o ensino superior, funcionaria num instituto agrícola, a construir em Lisboa, e que teria uma “quinta exemplar” anexa.

O ensino agrícola foi iniciado no município de Torres Vedras em 1888, ou seja, passados 36 anos da criação, em Portugal, deste tipo de ensino. A Escola Prática de Viticultura, que posteriormente foi denominada

Escola de Viticultura Ferreira Lapa<sup>3</sup> e em seguida por Escola de Operários Rurais “Ferreira Lapa”, funcionou na Quinta da Viscondessa – freguesia<sup>4</sup> do Turcifal –, tendo sido o seu primeiro director António Batalha Reis<sup>5</sup>.

Por outro lado, a necessidade de uma escola agrícola na região desponta da circunstância de no mesmo local – Quinta da Viscondessa – ter funcionado em simultâneo “a estação ampelo-*phylloxera* do sul”<sup>6</sup>. No final de março de 1888, este organismo endereçou um convite, através de um aviso publicado num jornal local, a todos os viticultores e enxertadores para assistirem ou participarem nos trabalhos de enxertia das castas locais sobre cepas americanas.

O ensino ministrado na Escola de Viticultura destinava-se a formar técnicos para a cultura da vinha e produção de vinho, porque este sector agrícola se encontrava fortemente debilitado com a *filoxera*<sup>7</sup>. Este tipo de ensino correspondia ao primeiro grau do ensino agrícola, um ensino rudimentar e prático, e funcionava em propriedades particulares – quintas – cujos proprietários facultavam aos mestres e alunos através de uma convenção com o Governo de quem receberiam uma compensação financeira.

## 2 O ensino agrícola: a dinâmica da Escola Prática de Viticultura de Torres Vedras

A Escola Prática de Viticultura de Torres Vedras iniciou a sua actividade em 3 de novembro de 1888, com a admissão de alunos pensionistas e porcionistas, de acordo com o decreto orgânico de 30 de junho de 1887. Segundo o aviso de abertura que foi emitido pela Direção-geral de Agricultura, em 25 de setembro de 1888, esta escola habilitava operários vitícolas e vinícolas, de modo a poderem exercer a profissão de feitores e mestres práticos em diversos serviços, tais como: i) cultura da vinha; ii) vinificação, tratamento e conservação do vinho; iii) destilação do vinho, água-pé de bagaço para álcool e aguardente de copo; iv) utilização de bagaço, sarro, borra e rescaldo para tártaro, ácido tartárico e acetato de cobre; v) acondicionamento da uva para embarque, sua secagem artificial, preparação e conservação da passa e seu acondicionamento para exportação; vi) cultura das árvores frutíferas próprias da região; vii) culturas hortenses e

arvenses usuais na região; viii) montagem, funcionamento e conservação de máquinas, aparelhos e instrumentos usados nas especialidades da escola; ix) manutenção e higiene do gado de trabalho.

Os alunos distinguiam-se nas classes de internos e externos, e eram obrigados a frequentar o curso de operários, que incluía os exercícios no campo, durante três anos. As vagas eram de 35 alunos internos, dos quais quinze eram pensionistas do Governo. Os alunos externos tinham de declarar, no acto da inscrição, quais as especialidades em que se queriam habilitar. Os alunos eram obrigados a apresentar os seguintes documentos: a) certidão que comprove não terem menos de 14, nem mais de 18 anos de idade; b) atestado que comprove terem saúde e robustez para os trabalhos rurais; c) certidão de exame de instrução primária elementar; d) (para os pensionistas) certidão de pobreza passada pela Câmara Municipal, administrador do concelho, pároco ou regedor respectivo; e) (para os porcionistas) declaração dos pais, tutores ou benfeitores, em como se obrigam a pagar as mensalidades de 4\$500 réis. Por sua vez, os alunos que não apresentavam exame de instrução primária elementar só seriam admitidos, depois de apurados, caso fizessem um exame especial na escola e ficassem aprovados<sup>8</sup>.

Os recursos humanos da escola distribuíam-se por três categorias de pessoal: principal, subalterno e menor. O pessoal principal era constituído pelo diretor e subdiretor, agrónomos professores e professores auxiliares. Os regentes agrícolas, prefeitos, fiel de armazém e os mestres das oficinas constituíam a categoria de pessoal subalterno. O pessoal menor consistia no grupo de guardas e trabalhadores, serventes e todos os indivíduos contratados e pagos como jornaleiros.

O 1.º ano do curso de viticultores práticos e mestres de adegas era formado por uma componente prática com a aquisição/melhoramento de tarefas manuais (carpintaria, serralharia, adega, campo e gados), pela aprendizagem dos conhecimentos teóricos correspondentes ao curso (artes agrícolas, culturas gerais, laboratório) e pelo aperfeiçoamento da língua portuguesa. No 2.º ano eram privilegiadas as ciências (geometria, geografia, física e meteorologia, noções de química geral e agrícola), bem como ao estudo elementar dos animais, das culturas arbóreas e arbustivas, e da agrimensura. No 3.º ano era dado relevo às questões de organização e administração (contabilidade, economia e administração rurais) e às práticas

agrícolas (exterior e higiene dos animais, culturas diversas e prática no campo e na adega).

Das pautas de exame constatámos que as maiores dificuldades dos alunos eram em Agrimensura, no exame prático de Campo, no exame prático de Adega e nos exames de Economia e Administração Rurais e Tecnologia Rural, o que evidencia a exigência do curso na componente prática, quer ao nível da medição de campos e terrenos agrícolas, quer ao nível da aquisição de competências técnicas na produção, transformação, armazenamento e conservação do vinho.

Em 1892, a Escola Elementar de Viticultura Prática de Torres Vedras passa a denominar-se Escola de Viticultura Ferreira Lapa, por proposta do diretor-geral de agricultura, conselheiro Elvino de Brito, o que acabou por ser uma honra para a escola, porque recebeu “[...] o nome venerado do patriarca das ciências agronómicas, o tão incansável propugnador dos progressos agrícolas em Portugal”.

Em 1895 foram divulgados numa “gazeta local” os resultados dos exames efectuados aos alunos desta escola, e cujas classificações foram as seguintes:

Curso de viticultores práticos e mestres de adega, 3.º ano, Caetano José de Sousa e António Amaro Correia, distintos; 2.º ano, Ricardo Júlio Augusto da Silva, aprovado; 1.º ano, Illydio Ferreira, distinto; José Lança Pereira, José Cipriano Picoto, João José França de Almeida, José Cypriano da Costa, Francisco Bettencourt Viana, Artur Augusto de Figueiredo Rego, Henrique Custodio Lima, Alberto das Neves e Joaquim José de Almeida, aprovados. Ficaram esperados cinco<sup>10</sup>.

Em termos de pessoal técnico, esta escola teve como *Maitre de Chai* – mestre de adega (enólogo) – o francês Casimir Dignan, que era pago pelo Governo para “curar” e ensinar os diversos tratamentos de vinhos, conforme os seus tipos, aplicações, conservação e doenças.

Este mestre de adega, para além do ensino regular, ministrava conselhos aos produtores através de textos nas gazetas locais ou enquanto visitava adegas particulares. Num desses textos é feita a seguinte recomendação:

Os vinhos novos devem ser postos em limpo quatro vezes no primeiro ano, desembaraçando-os assim dos fermentos e depósitos formados pelas borras. A primeira trasfega deve ser feita logo que acabe a fermentação insensível. A segunda antes do equinócio de março. A terceira em junho e a quarta em setembro.

Estas quatro baldeações, ou *posturas em limpo*, devem-se fazer nos quartos minguentes, sempre que isso seja possível. Os vinhos assim tratados ficarão com bonita cor, viva e brilhante, com bom gosto e não sujeitos a uma segunda fermentação que os estrague.

Tenho reparado que os vinhos de *tinta miúda* postos em limpo em dezembro conservam melhor a cor e o gosto do fruto. O tratamento regular dos vinhos no primeiro ano influi muito sobre a qualidade, conservação e aroma desses mesmos vinhos, quando velhos<sup>11</sup>.

Por outro lado, estes conselhos eram reforçados com a difusão periódica de outras sugestões nas gazetas por parte dos produtores de vinho, tais como: “[...] o dizer-se que a borra ou *mãe* aguenta os vinhos é um engano; bastam as alterações do tempo, o muito calor, as tempestades, para *levantar* um vinho, ou antes a borra, estragando-o”, sendo a melhor altura para a trasfega dos vinhos, quando “[...] o tempo estiver frio e seco, e quando os vinhos e borras estejam sossegados”. Também deve ser dada muita atenção à limpeza do vasilhame, porque se houver desleixo com uma vasilha

[...] pode ser causa de se estragar um bom vinho; e não deve haver receio de a lavar muito bem, *mechando-a*<sup>12</sup> em seguida, porque o gás sulfuroso destrói os fermentos prejudiciais e contrários à boa conservação e qualidade do vinho<sup>13</sup>.

O interesse no mestre de adega da Escola de Viticultura, por parte dos viticultores, foi de tal ordem que “[...] bastou que um proprietário desta terra o empregasse nas suas adegas, para dentro de pouco tempo todos conhecessem a utilidade que poderiam tirar dos serviços daquele homem, e muitos o encarregaram de trabalhos do seu ofício”, porque os

próprios agricultores reconheciam que “[...] nós até aqui não fazíamos vinho; preparávamos a matéria-prima de que os negociantes nacionais, e sobretudo os estrangeiros, faziam vinho”. A situação era de tal modo que os viticultores não se davam ao trabalho de trasfegar o vinho. As solicitações pelos trabalhos do mestre de adega foram de tal monta que forçaram a direção da escola a emitir uma circular, de modo a avisar os viticultores de que “[...] não podiam utilizar os serviços do mestre de adega; sem fazerem primeiramente as suas requisições por escrito à Direção-geral de Agricultura por intermédio do agrônomo chefe da região, ou do Diretor da Escola”<sup>14</sup>.

De facto, os conhecimentos deste enólogo trouxeram um novo vigor para a região, uma mais-valia para a produção de vinhos de qualidade, visto que:

Na escola se praticam e se ensinam os modernos processos vinários, fazendo os *clarettes*, imitações de marcas francesas próprias para consumo dos mercados estrangeiros; e tanto assim que dos vinhos arrematados por comerciantes, em leilão na Escola, a 700 réis o almude<sup>15</sup>, foram alguns vendidos a 360 réis a garrafa em Hotel de primeira ordem em Lisboa, passando como vinho *Medoc*. [...] Para tornar mais acessível a frequência dos alunos tenciona o Sr. Visconde de Chancheleiros instituir na Escola o curso de instrução primária elementar, como ponto de partida para o restante ensino agrícola<sup>16</sup>.

Nesta escola desenvolveram-se várias actividades, que iam para além do regular ensino agrícola, como cursos práticos de formação profissional ou a venda em hasta pública da diversa produção que se obtinha nesta organização. Esta instituição possibilitava a realização de acções de formação profissional a todos aqueles que, desenvolvendo actividades na área da viticultura, desejassem receber novos conhecimentos e técnicas. A formação profissional ministrada nesta escola teve uma adesão, em 1892, de 40 indivíduos, mas no ano anterior esta iniciativa não se realizou por falta de inscrições. Assim, para que estas acções tivessem uma boa adesão, a instituição publicitava a sua oferta, nas “gazetas locais”, da seguinte forma:



Faz-se público que n'esta escola se ministra, durante o mês de Abril, a instrução prática para a enxertia e tratamentos das diversas doenças da vinha, a todos os indivíduos que dela se queiram utilizar. Ao indivíduo que ficar habilitado n'estas práticas ser-lhe-há passada, pedindo-a, uma certidão com a qual poderá autenticar a sua habilitação<sup>17</sup>.

Por sua vez, todos os anos comercializavam-se os produtos agrícolas que eram produzidos nas suas instalações. Estes produtos eram diversificados e tornavam-se uma fonte de receitas para a instituição através da sua venda em hasta pública. Por exemplo, em 1894 foram colocados à venda, no mês de maio, “[...] 8.000 litros de vinho tinto, 624 litros de feijão, 350 litros de trigo e 408 litros de milho branco”<sup>18</sup> e no mês de junho foram postos à venda “[...] uma junta de bois de raça mirandesa, uma bezerra de sete meses e 81 velos de lã merino e churra”<sup>19</sup>. No ano de 1895 foram leiloados, no mês de abril, “100 cabeças de gado ovino”<sup>20</sup>. E, em 10 de setembro de 1900 foram colocados à venda em hasta pública os seguintes produtos: “[...] 30.000 litros de vinho tinto e 5.600 litros de vinho branco da colheita do ano anterior; 200 litros de aguardente de vinho preparada, género *cognac*; uma mula grande, 32 ovinos, 7 bovinos e 3 suínos”<sup>21</sup>.

No entanto, com a reforma do ensino agrícola, em 1899, esta escola passa a ser denominada como Escola de Operários Rurais “Ferreira Lapa”. Deste modo, esta alteração legislativa acaba por suprimir os cursos de ensino em diversas escolas agrícolas como as de Faro, Ponte de Lima e a de frutaria de Castelo de Paiva. Com esta alteração, as escolas agrícolas da Bairrada e de Torres Vedras passaram a ser destinadas ao ensino manual dos operários, por meio da exploração económica da cultura da vinha, sem prejuízo da cultura de outras plantas apropriadas à região<sup>22</sup>.

### 3 A situação vinícola na região de Torres Vedras nos finais de oitocentos

Os interesses agrícolas eram defendidos e publicitados através dos órgãos de comunicação social, as denominadas “Gazetas”, que foram surgindo ao longo do século XIX. Desta forma, os agricultores faziam a di-

vulgação dos seus vinhos, porque na altura existia uma grande procura por parte de negociantes estrangeiros que os pretendiam adquirir para misturar com os vinhos franceses (REIS, 1999), devido à crise em que se encontravam, principalmente, os vinhedos franceses.

Para uma melhor e mais abrangente divulgação dos vinhos recorria-se à publicação, na 1.<sup>a</sup> página das “gazetas locais”, de boletins vinícolas em língua francesa. Numa dessas divulgações foram salientados os seguintes fatos: i) devido à grande procura de vinhos já foram vendidos, nos meses de outubro e novembro, cerca de 100.000 pipas de vinho na vasta região torreana. Mas, agora só pelos vinhos muito bons é que pagam 250 francos o tonel<sup>23</sup>, ou um pouco mais; ii) no entanto, ainda se encontra muito vinho por vender, tanto no município de Alenquer como nos do Cadaval, Sobral, Mafra e Torres Vedras, mas pouco no de Arruda dos Vinhos; iii) os vinhos de Alenquer e Torres Vedras são excelentes para lotes, tendo este ano muita coloração e uma graduação média de 12º; contudo, sendo menos ricos em álcool do que os de 1885 (que foram tão apreciados nos mercados estrangeiros) são iguais em cor, e alguns até são mais encorpados, visto que não é raro encontrar vinhos com um teor de açúcares de 30 g/l de extra-seco, enquanto nos de 1885 o teor máximo que atingiram foi 27 g/l; iv) na própria vila de Torres Vedras e nas suas imediações estão por vender adegas de vinhos muito iguais e muito bons, o que é de estranhar pelo facto dos negociantes poderem contar com a maior facilidade e economia para o seu escoamento através do caminho-de-ferro<sup>24</sup>.

Segundo o mesmo semanário, em 1887, na freguesia de Dois Portos alguns dos vinhos foram comprados por um comerciante francês, Mr. Brou, de Bordeaux, a preços correntes (entre 8 e 10 libras o tonel), e que tinha como intermediário um proprietário muito conhecido dos Carvalhos. Na Ribeira de Maria Afonso, acabou por não se realizar o negócio entre o Sr. Quintão e o Sr. Jayme Carvalhosa. Quem acabou por comprar os vinhos foi o Sr. Joaquim de Belford, para Mrs. Andrieu & Boyreau, de quem é seu intermediário.

No entanto, a situação dos vinhos portugueses vem a ser alterada com a “praga que mortifica as vinhas”. A incerteza política, as sucessivas reformas e a crise económico-financeira “flagelam” o país ao longo de todo o século XIX. Este panorama agrava-se, ainda mais, no final deste século, em Torres Vedras e na região<sup>25</sup>, com a filoxera e no início do século

XX com a proliferação do míldio<sup>26</sup>, o que acaba por se reflectir em muitos aspectos da sociedade torriense, nomeadamente, no encerramento da Escola Secundária Municipal, na redução das rendas dos edifícios onde funcionavam as escolas primárias e na diminuição dos vencimentos dos professores.

Esta situação levou a que os viticultores questionassem o Governo e as autoridades locais sobre o próprio financiamento municipal.

A propriedade urbana e os impostos indirectos chegarão para manter o equilíbrio económico das localidades, nesta época em que os expostos, a instrução, as autoridades civis, a polícia urbana e campestre, a justiça, a viação, etc., etc., tudo isso dependem do cofre dos municípios<sup>27</sup>.

Para combater a filoxera surgem, ao longo do tempo, alguns métodos e técnicas, como é o caso dos produtos químicos. Assim, o município de Torres Vedras providenciou o fornecimento de sulfureto, para o tratamento das vinhas, a todos os interessados, tendo feito a divulgação desta oferta através da publicação do seguinte anúncio.

A Câmara Municipal do concelho de Torres Vedras anuncia que tendo deliberado estabelecer um depósito de sulfureto de carbono, satisfaz todas as requisições, sendo conveniente que os proprietários do concelho, declarem na secretaria da Câmara, até o dia 10 de março próximo, qual a quantidade aproximada de sulfureto de que precisarão para tratamento das suas vinhas, para assim habilitar a Câmara a prover convenientemente o seu depósito. A venda do sulfureto só se faz às segundas e quintas-feiras de todas as semanas, seguindo-se as instruções da Direção-geral de Agricultura<sup>28</sup>.

Todavia, este tratamento químico tornou-se pouco eficiente devido à composição dos solos, que eram muito argilosos. Por outro lado, alguns agricultores eram cépticos a certas receitas, como é o caso dos

inseticidas, tendo um viticultor de Dois Portos narrado a situação nos seguintes termos:

Amigo e Sr. Redactor. – No seu jornal «A Semana», n.º 48, de 19 de janeiro, diz o exmº Sr. José Joaquim Ribeiro que descobriu o verdadeiro inseticida regenerador das vinhas, remédio infalível para matar a filoxera. Não quero duvidar do que diz s. ex<sup>a</sup>, só o que eu queria e os meus colegas era que o Sr. Ribeiro nos mostrasse uma vinha que tivesse sido atacada de filoxera e depois de curada pelo seu inseticida; não sendo assim, como acreditar na infalibilidade do seu remédio, pois têm sido tantos os remédios, e ainda até hoje não houve um que desse os seus resultados desejados.

Ora se é certo que o Sr. Ribeiro descobriu o remédio para extinguir a filoxera, é digno de se lhe erigir uma estátua, como salvador de nossas vinhas, que são a maior fonte de receita deste concelho.

Falta-nos só a evidência. (Dois Portos, 23-I-1888)<sup>29</sup>.

Os produtos químicos utilizados no combate à filoxera foram ineficazes, o que conduziu ao desânimo e enfraquecimento dos viticultores. No que respeita ao combate das outras doenças da vinha passaram-se a utilizar algumas substâncias químicas, ou seja, contra o oídio<sup>30</sup>, o enxofre e contra o míldio, o sulfato de cobre e derivados. O oídio passou a ser combatido com a cobertura das vinhas, por diversas vezes e em ocasiões oportunas, com pó de enxofre<sup>31</sup>. Por sua vez, para combater o míldio aconselhavam-se os agricultores a fazerem os tratamentos cedo, sem contudo indicar dias precisos, porque as épocas variam conforme os anos são mais ou menos húmidos, ou mais ou menos secos. O primeiro tratamento deve, sim, ser feito quando os rebentos tenham sensivelmente 6 centímetros.

Os tratamentos cupricos eram feitos através de preparos variados de calda, como *calda a 2%*<sup>32</sup>, *calda a 3%*, *calda Burgonhesa*, *verdete pardo*, *verdete neutro*, *calda assucarada* e *calda Burgonhesa amoniacal*, entre outros. Contudo, era com as *caldas a 2% e a 3%* que se obtinham melhores resultados contra o míldio. Para a aplicação do sulfato nas vinhas utilizavam-se

pulverizadores manuais que, embora de fabricação exterior, eram comercializados por 10\$000 réis em 1898.

Mas a filoxera, ao devastar os vinhedos europeus, fez com que se utilizassem novas técnicas no plantio das vinhas, como a hibridação e a enxertia em bacelo americano<sup>33</sup>. Na enxertia unem-se, artificialmente, duas partes de plantas diferentes e, na grande maioria das espécies lenhosas cultivadas, será a parte aérea da nova planta que irá fornecer os frutos (variedade), sendo as raízes, a parte inferior (padrão), as responsáveis por proporcionar o suporte à planta. Na viticultura, a técnica do enxerto é muito mais recente do que em outras plantas, tendo sido iniciada, somente, devido à invasão da filoxera. Na realidade, a filoxera provocou uma profunda transformação no cultivo das vinhas, porque deixou de ser suficiente enterrar um sarmento<sup>34</sup>, o qual fornecia uva passados dois anos. Assim, através da enxertia une-se a parte inferior da planta (que é constituída com a espécie da videira americana – bacelo, e que é resistente à filoxera), o chamado “cavalo”, com a videira europeia, que é denominada por “cavaleiro” ou “garfo”, a qual produzirá as uvas.

Para a divulgação dos báculos americanos, foi utilizada a Escola de viticultura, a imprensa escrita, os intermediários locais e os comerciantes nacionais e estrangeiros, como se constata nas seguintes ofertas, em outubro de 1888:

Os proprietários que desejarem adquirir plantas americanas podem-se dirigir a Francisco Elyseu Boaventura, da Quinta do Barreiro (Dois Portos), que as fornecerá nas melhores condições, tanto em preço como em qualidades; aceita qualquer encomenda, mesmo pequena que seja, para experiência dos Srs. Viticultores. Pede o obsequio de lhe participarem qual a qualidade e porção que desejam e para que mês as estimam plantar, para que cheguem aqui em bom estado de conservação, que é o principal.

O Sr. F. Faudouas, de Dois Portos, tem a honra de participar aos proprietários portugueses que foi para França no princípio do presente mês para comprar cepas americanas utilizáveis na próxima época de replantação das vinhas destruídas pelo *phylloxera*. Quem quiser utilizar-se do intermediário do Sr. Faudouas poderá desde já enviar as suas encomendas para todas

as castas ao Sr. Joaquim Lopes, da Bespeira (Dois Portos) seu agente em Portugal<sup>35</sup>.

Na última década do século XIX, as variedades de plantas americanas (porta-enxertos e produtores directos) eram introduzidas através dos produtores franceses e da Escola Ferreira Lapa, tendo sido difundidas na região as seguintes plantas: *Riparias*, *Violla*, *York-Madeira*, *Jacquez*, *Rupestris*, *Herbemont* e *Othello*.

Todavia, as mais divulgadas e utilizadas foram os porta-enxertos *Vitis Riparia* e as *Vitis Rupestris*, que foram desenvolvidos em França depois do ataque às vinhas pela filoxera. As *Vitis Rupestris* também existiam em outras variedades como o *Rupestris Martin* e o *Rupestris du Lot*. Por seu lado, as *Vitis Berlandiere* mereceram uma posição de destaque, por serem resistentes à filoxera, aceitarem facilmente a enxertia, resistirem bem à secura, proporcionarem o fornecimento de uvas em abundância e poderem ser utilizadas em solos com mais de 40% de teor calcário<sup>36</sup>. Desta variedade destacaram-se os porta-enxertos *Richter*, que foram desenvolvidos a partir de 1878, quando F. Richter, um jovem entomólogo<sup>37</sup>, se instala em Montpellier e se dedica à investigação vinícola e às hibridações que o tornaram famoso.

Relativamente à hibridação das videiras europeias é de realçar o trabalho efectuado pelo francês Louis Bouschet de Bernard e seu filho Henri. O Sr. Bouschet iniciou os seus trabalhos nesta área ao criar videiras a partir das sementes, tendo obtido com o cruzamento entre Aramon e Tenturier du Cher uma videira que ficou conhecida por *Petit Bouschet*. Esta videira caracterizava-se por produzir uma uva muito negra, o que resulta num vinho carregadíssimo em cor. Anos mais tarde é efectuado pela família Bouschet o cruzamento entre o *Petit Bouschet* e a casta *Alicante*, de origem espanhola e já muito cultivada em França.

A divulgação e o fornecimento dos híbridos *Bouschet*, na região de Torres Vedras, passaram a ser efectuados, desde 1900, através da Escola de viticultura, que fornecia garfos para enxertia a todos os viticultores que o desejassem, sendo necessário, porém, que, antes de fazer o pedido, se estude um pouco, de modo a estabelecer um *simile* entre a região francesa em que predomina a casta e a região nacional, em que se pretende introduzir esta nova variedade<sup>38</sup>.

## 4 O associativismo regional

No final do século XIX os viticultores começam a esboçar os primeiros sinais de organização corporativista. O “meeting da Ribaldeira” foi um desses primeiros sinais, tendo-se realizado nesta localidade por ser um ponto central (segundo os seus organizadores) e por ter sido nas vinhas da freguesia de Dois Portos, “que sendo ainda há pouco o jardim da vinha torreana, se via agora reduzida a um extermínio crescente, sendo a primeira freguesia onde os estragos (da filoxera) se fizeram sentir com maior intensidade”<sup>39</sup>, mas também por estar ainda bem presente a energia de um Poder local que, até há 30 anos atrás, existiu nesta povoação.

Neste “meeting” estiveram presentes agricultores do Sobral de Monte Agraço, Runa, Carmões e da própria freguesia de Dois Portos, e raríssimos das outras freguesias do município, mas nenhum viticultor de Torres Vedras esteve presente. O comício foi promovido pelos seguintes produtores: José Norberto Correia Lopes, José Carlos Palyarte de Clamouse, Eduardo Augusto Ferreira Rijo e João Manuel da Costa, de modo a encontrar a melhor forma para expor ao Governo o modo de regular a questão dos impostos, em face da crise que se instalou na viticultura da região. Neste comício é reclamado a isenção dos impostos, a distribuição gratuita de bachelos e barbados vindos de França, a distribuição de agrónomos pelas freguesias e pagos pelo Estado, para estudarem as condições do solo de forma a se aplicarem convenientemente as castas.

Os viticultores reclamam ainda, que

[...] em vez de escolas sem frequência, dêem-nos bachelos e barbados, desenvolva-se o campo dos viveiros e das experiências de enxertia, e assim poderemos conservar o equilíbrio possível, durante a crise que nos aguarda<sup>41</sup>.

Este “meeting” viria a tornar-se o “balão-de-ensaio” para a criação do “Sindicato Agrícola Regional de Torres Vedras” em 1897. Os estatutos deste sindicato foram aprovados por um despacho emitido pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria – Direção dos Serviços Agrícolas, datado de 13 de julho de 1897.

Assim, em conformidade com a carta de lei, de 3 de abril de 1896, é formada na região de Torres Vedras uma sociedade denominada “Sindicato Agrícola Regional de Torres Vedras”<sup>41</sup>, composta por indivíduos de ambos os sexos, agricultores, proprietários ou rendeiros, ou profissionais em mais ou menos relações com a agricultura (art. 1.º). A sede do sindicato é na freguesia de S. Pedro de Dois Portos, e a sua duração ilimitada (art. 2.º).

Para uma plena concretização da sua atividade, esta sociedade propunha-se a atingir os seguintes objetivos: i) defender, auxiliar e promover os interesses agrícolas, facilitando aos associados a aquisição vantajosa de adubos, a compra e exploração em particular ou em comum de máquinas agrícolas, animais reprodutores, vasilhame e todas as matérias necessárias para combater as doenças vegetais ou animais; ii) obter mercados para todos os produtos agrícolas dos sócios; iii) celebrar com as empresas de transportes terrestres, fluviais ou marítimos contratos especiais por preços reduzidos para o transporte de tudo o que for destinado aos sócios com aplicação à agricultura; iv) indicar aos tribunais peritos e avaliadores, fornecendo-lhes esclarecimentos e ser árbitro entre quaisquer pleitos dos associados, quando estes assim o requererem; v) promover e auxiliar a criação de instituições de crédito agrícola<sup>42</sup>, seguros agrícolas, caixas económicas, caixas de socorros mútuos, cooperativas, sociedades de seguros mútuos, frutarias e quaisquer outras instituições que tenham por fim o desenvolvimento agrícola (art. 3.º), tendo como zona territorial de actuação todas as freguesias do município de Torres Vedras e freguesias limítrofes (art. 4.º) (SARTV, 1987).

Os órgãos sociais desta sociedade estavam sob a liderança dos “homens de Dois Portos”, isto é, Assembleia-geral – Presidente, José Carlos Palyart de Clamouse, Direção – dr. Hermínio Duarte Ferreira<sup>43</sup>. A primeira direção desta sociedade ficou constituída do seguinte modo: presidente, dr. Hermínio Duarte Ferreira; tesoureiro, Eugénio Libanio Nogueira Dias; diretores, Manuel Pedro Cardozo Júnior, António Botto Pimentel e Carvalhosa, João Carvalho de Oliveira; secretário, Silvério Botelho de Sequeira. Por sua vez, a Assembleia-geral foi constituída da seguinte forma: presidente, José Carlos Palyarte de Clamouse; vice-presidente, dr. João Gualberto de Barros e Cunha; secretários, Manuel Ferreira de Carvalho e Valeriano Francisco de Almeida.



Em setembro de 1898 este sindicato apresenta o seu primeiro relatório, divulga a lista dos seus 63 associados, e afirma-se defensor do espírito associativo, como sendo “[...] a forma mais natural, benéfica e eficaz das sociedades contemporâneas”. Por outro lado, esta associação de agricultores pretendia permanecer independente, sem conotações políticas, contrariamente como alguns tinham salientado durante a altura da sua organização e constituição, pela circunstância deste sindicato ter coincidido com a eleição do deputado pelo círculo de Torres Vedras. Os dirigentes desta associação afirmavam que não deveriam existir preconceitos quanto a convicções políticas ou dissidências pessoais no seio de um sindicato agrícola, mas sim o espírito de “um por todos e todos por um”. De facto,

Passado pouco tempo, o nosso sindicato contava, como ainda conta, fatores importantes dos principais partidos políticos, reunindo-se em nosso grémio no mais fraternal pacto para a defesa em comum dos interesses agrícolas, regeneradores, progressistas, legitimistas e republicanos, sendo pois tão evidente a nulidade política da fusão de elementos tão heterogêneos quanto evidente o seu poderio e soberania como valiosa corporação agrícola<sup>44</sup>.

No primeiro ano da sua existência, a direção desta associação conseguiu adquirir, no mercado nacional e estrangeiro, para os seus associados, adubos, sulfatos e enxofre a preços mais vantajosos. Apesar das grandes contrariedades provocadas com as garantias bancárias, os câmbios e os transportes, esta associação adquiriu 8.500 quilogramas de sulfato de cobre e 86 barricas (de 75 Kg) de enxofre sublimado da empresa Leverkus, Harms & Company, de Londres. Operação esta que se tornou vantajosa, visto que o sulfato de cobre foi distribuído aos seus associados “[...] a 112 réis o quilograma e o enxofre Brandram a 5\$345 réis a barrica, quando é sabido que na ocasião se comprava o sulfato entre 120 e 140 réis e a barrica de enxofre Brandram a 5\$600 réis”. No mercado nacional foram adquiridas 260 sacas de enxofre em pó e 200 sacas de adubo à casa Domingos José de Moraes & Irmão, tendo esta operação também sido muito vantajosa, porque o enxofre foi distribuído “[...] a 1\$580 réis, enquanto no mercado retalhista era vendido a 2\$000 réis, subindo ainda depois de preço<sup>45</sup>.

Mas este sindicato, para além de se denominar como “[...] a classe dos lavradores emancipada comprando por suas mãos, vendendo por suas mãos, providenciando por suas mãos, sem a tutela de fornecedores, sem a exploração de comissários e sem o desprezo dos governos”, tinha horizontes mais vastos como o de constituir-se como uma instituição financeira, isto é, “[...] não se limitará o nosso papel ao de comissário de comprar mas teremos o alento preciso para fundar um banco de crédito agrícola, cuja falta tanto nos tem embargado o passo à nossa riqueza local”<sup>46</sup>.

Este sindicato promoveu muitas iniciativas em prol dos interesses, quer dos seus associados, quer da agricultura nacional. Assim, são realizados em Dois Portos diversos comícios, ao longo do tempo, nomeadamente em 12 de novembro de 1899, 21 de janeiro de 1900 e 24 de março de 1901. As resoluções apresentadas e aprovadas nesses comícios tiveram como destino os altos representantes do Estado, designadamente os ministros dos negócios estrangeiros e das obras públicas, quando em novembro de 1899, conjuntamente com a Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, entregam uma proposta para “a obtenção de prontas negociações com o Governo brasileiro no sentido de nos serem aplicadas as taxas mínimas das pautas que vão ser postas em execução no princípio do futuro ano”<sup>47</sup>.

Em 1900, novamente em conjunto com a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, o sindicato apresenta às duas câmaras do parlamento uma representação assinada pela sua direção, para que os Deputados se preocupassem e trabalhassem em prol das dificuldades no escoamento dos vinhos nacionais, ou seja,

[...] que todos vós Senhores, sem distinção de crenças políticas nem de afeições partidárias, não deixareis de cooperar na vossa honradíssima qualidade de representantes da nação para salvar a indústria vinícola, geradora da riqueza de todo o país<sup>48</sup>.

Em 1 de novembro de 1899, esta agremiação reuniu-se na sala de sessões da Câmara Municipal do Sobral de Monte Agraço, com a finalidade de apresentar o relatório e contas da direção, bem como proceder à eleição dos corpos gerentes. As contas apresentadas pela direção, em réis, foram as seguintes: despesa, 7:432\$173; receita, 7:800\$807; dinheiro em cofre, 368\$634; géneros armazenados, 61\$620; dívidas ao sindicato,

139\$316; saldo, 569\$570. Por sua vez, foram reconduzidos nos seus cargos todos os anteriores elementos da direção e da assembleia-geral, à excepção do secretário deste último órgão, Valeriano Francisco de Almeida, que se encontrava em África, tendo, assim, sido substituído por João Reis.

Nesta reunião foi ainda relatada a aquisição, por parte da direção, de

Uma porção de terreno junto à estação de Dois Portos, destinada à instalação definitiva do sindicato com a organização dos seus armazéns não só para depósito de materiais e alfaias, como para a provável fabricação de adubos por conta própria do sindicato no interesse dos associados. Esse terreno foi vendido pela quantia de 500\$000 réis, incluindo o valor de 400 m<sup>3</sup> de pedra ali arrumada, atento o fim a que é destinado, e por amável condescendência de seu proprietário<sup>49</sup>.

O sindicato levava a efeito junto dos seus associados várias iniciativas como o fornecimento de sulfato de cobre, enxofre e sementes, bem como possibilitava o escoamento de vários produtos produzidos pelos sócios para importantes instituições consumidoras de vinho, feijão, grão e batatas. E, em parceria com a Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, ofereceu a todos os seus associados, em julho de 1899, os dois volumes do relatório do congresso vitícola nacional, que se realizou em 1895. Por sua vez, no final do ano de 1899, foi nomeado como representante do Sindicato Agrícola Regional de Torres Vedras, na comissão organizadora do congresso vinícola nacional de 1900, o associado João Perestrello de Vasconcellos.

No final do século XIX, o corporativismo agrícola reveste-se em variadas formas; uma delas foi a criação de uma agremiação para a região de Torres Vedras, no final do ano de 1897, que se denominava como *Liga Agrícola da Região de Torres Vedras*. Esta associação foi constituída por escritura notarial em Lisboa, no dia 27 de dezembro de 1899, e estatutariamente tinha as seguintes finalidades:

Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, cujo fim é, além do auxílio mútuo aos associados, a colocação, crédito e pureza dos vinhos da região, fornecimento de matérias puras

para o desenvolvimento da agricultura, aquisição de instrumentos agrícolas para alugar ou vender aos sócios, etc. A sua sede ficará em Torres Vedras, sendo o capital mínimo da sociedade composto por 100:000\$000 réis. A sociedade teve como sócios fundadores: dr. Frederico Augusto Franco de Castro, dr. Ignácio Emauz do Casal Ribeiro, António Caetano Macieira Júnior, António Ribeiro Seabra, Ernesto Monnera, António dos Santos Bernardes, José Norberto Correia Lopes, José Luiz da Silva e Joaquim Nunes Borges de Carvalho. A direção era composta pelos sócios: dr. Igâncio Emauz do Casal Ribeiro, presidente, António Ribeiro Seabra, secretário e José Norberto Correia Lopes<sup>50</sup>.

Entre o Sindicato e a Liga Agrícola foram criados e mantidos laços de cooperação, visto que “[...] o sindicato constituiu, em 1902, uma adega social e de seguida cedeu o direito de propriedade”<sup>51</sup> à referida Liga Agrícola. Em contrapartida, esta associação realizava as assembleias-gerais em Lisboa, o que facilitava os vínculos com a administração central, isto é, em março de 1902 é concedido “[...] pelo ministro das obras públicas a criação da adega regional torreana à Liga Agrícola da Região de Torres Vedras”<sup>52</sup>, a qual teve como primeiro mestre de adega, Alberto Batalha Reis que era filho do enólogo António Batalha Reis.

Em 20 de junho de 1909, o Estado português adquiriu a Quinta da Almoinha e, a partir de 13 de fevereiro de 1910, as suas actividades passaram a ser administradas pela Estação Agronómica de Lisboa.

Depois da implantação da República é criado, nesta quinta, o Posto Agrário da Almoinha (1912), o qual passou a ser designado, no seguimento da legislação publicada em 9 de Agosto de 1913, como Posto Agrário de Dois Portos, estando o mesmo sob a alçada da 4.<sup>a</sup> Região Agrária. Este posto passou a ter como finalidades

[...] o estudo e esclarecimento das práticas agrícolas, tanto de origem cultural como tecnológica, e muito especialmente as que dizem respeito à pomicultura e viticultura, e também com funções de instrução prática agrícola entre a população rural<sup>53</sup>.

## 5 Considerações finais

O ensino agrícola regional, através da Escola de Viticultura Ferreira Lapa, teve uma curta duração, a qual coincidiu entre o aparecimento da Filoxera em Portugal e a regeneração dos vinhedos europeus, que conduziu a um excesso na produção mundial de vinhos, o que localmente não facilitou o interesse neste tipo de ensino.

A frequência desta escola teve uma dimensão diminuta. Porém, é de realçar a formação para jovens, operários e proprietários agrícolas que esta instituição possibilitou na região, o que permitiu uma rápida recuperação dos vinhedos e uma substancial melhoria na qualidade do vinho produzido, através da introdução de novas técnicas.

Comprovamos que o primeiro sindicato agrícola no município de Torres Vedras esteve instalado, em Dois Portos, na Quinta da Almoinha, a qual tinha sido comprada em 1894 por um importante negociante de vinhos da praça de Lisboa, Francisco Maria Bacellar<sup>54</sup>. Entretanto, nos derradeiros anos da monarquia constitucional, a situação vinícola encontrava-se numa crise permanente com a dificuldade do escoamento dos vinhos nacionais, a restrição ao plantio de novas vinhas e a concorrência dos vinhos estrangeiros, quando o Governo facilitou a importação do álcool ao baixar o imposto para este produto.

Através da Liga Agrícola da Região de Torres Vedras concretizou-se, depois de um pequeno “hiato de tempo”, a substituição da Escola de Viticultura Ferreira Lapa, que não tinha uma grande frequência de alunos, pelo Posto Agrário da Almoinha; isto é, tentou-se recuperar o extinto ensino agrícola, embora noutros moldes, porque no início do século XX, para algumas individualidades locais, “[...] o ensino agrícola continua e continuará a ser entre nós uma verdadeira utopia. Mas não sucede o mesmo em outros países”, nomeadamente em França. Contudo, em Portugal, “[...] o filho do trabalhador dos campos continua como há cem anos a aprender a ler, escrever e contar. Que inconveniente haveria em ministrar a esses alunos algumas noções de ciência agrícola?”. Para além disso, o que se verifica, “tanto ontem como hoje”, é um continuado desinteresse pelas questões agrícolas, visto que “[...] o descendente do proprietário mais ou menos abastado segue invariavelmente para a faculdade de direito ou curso das escolas médico-cirúrgicas”<sup>55</sup>.

Na realidade, nos últimos “suspiros do regime monárquico”, ou seja, em 1908 reclamava-se novamente, no município de Torres Vedras, por uma escola de ensino agrícola. Mas o que aconteceu foi que, com a criação do Posto Agrário em Dois Portos, o desejado ensino agrícola transformou-se em centro de pesquisa e, em simultâneo, extingue-se o Sindicato Agrícola Regional de Torres Vedras e a sua dimensão cooperativista de organização, divulgação e exigência, junto do Estado central, de mais apoios e menos impostos.

## Notas

- 1 A Ribaldeira foi um município português até 24 de outubro de 1855, tendo sido depois desta data integrado no município de Torres Vedras. O município da Ribaldeira era constituído pelas freguesias de Dois Portos e S. Domingos de Carmões. Na freguesia de Dois Portos – Quinta da Conceição – nasceu, em 27 de junho de 1729, o 2.º Marquês do Lavradio, D. Luís de Almeida Portugal e Mascarenhas, que veio a ser Vice-Rei do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, de 4 de novembro de 1769 a 30 de abril de 1778.
- 2 Terreno adequado para agricultura com horta e árvores, murado ou cercado de sebes, e que geralmente inclui casa para habitação (GEPB, [195-]).
- 3 Ferreira Lapa foi um reconhecido agrónomo, professor e académico. Com origens modestas, iniciou a sua educação na Casa Pia de Lisboa, onde se distinguiu dos restantes alunos pela sua viva inteligência. Em seguida transitou para o Real Colégio dos Nobres e ingressou na Escola Médica Veterinária do Salitre. Como concluiu o seu curso com elevada classificação e distinção foi nomeado lente daquele estabelecimento de ensino, acabando por transitar para o Instituto Agrícola quando este foi criado em 1852, fazendo parte do seu corpo docente como professor das cadeiras de física e psicologia, tendo também sido director deste Instituto. É considerado o fundador da ciência agronómica em Portugal, ao publicar vários trabalhos, entre os quais, *Tecnologia rural e Química Agrícola*, e contribuiu bastante para o êxito da exposição dos produtos agrícolas portugueses, nomeadamente, na Exposição de Londres em 1862 (GEPB, [195-]).
- 4 Subdivisão administrativa do município. Cada município é formado por várias freguesias, as quais surgem a partir das reformas administrativas do território no século XIX, tendo tido como origem a divisão eclesiástica do país em paróquias. A freguesia corresponde, assim, à menor divisão administrativa do território e, sendo deste modo considerada uma autarquia local, possui órgão executivo e deliberativo, sendo este último democraticamente sufragado pelos eleitores recenseados na freguesia.
- 5 ESCOLA..., 1888, p. 2.
- 6 Estas estações tinham por finalidades o ensino e a divulgação dos tratamentos por insecticidas e a cultura e enxertia das vinhas americanas.
- 7 Doença da vinha que é provocada por insectos hemípteros – *Phylloxera vastatrix*. Estes insectos provocaram a devastação dos vinhedos na Europa, porque foram introduzidas na Inglaterra, entre os anos de 1858 e 1863, através de videiras importadas da América-do-Norte. Esta praga acabaria por ser confirmada em França em 1868 e em poucos anos dizimou os ricos vinhedos franceses, tendo em seguida alastrado para outros países como Portugal (GEPB, [195-]).
- 8 ESCOLA..., 1888, p. 2.
- 9 ESCOLA..., 1892b, p. 1.
- 10 ESCOLA..., 1895b, p. 1.

- 11 PRÁTICAS..., 1892, p. 1.
- 12 Mecha de enxofre que é queimada para defumar vasilhas de aduela.
- 13 PRÁTICAS..., 1892, p. 1.
- 14 A CIRCULAR..., 1892, p. 1.
- 15 Antiga medida de capacidade para líquidos, que variava de região para região, mas em média correspondia a 25 litros (GEPB, [195-]).
- 16 ESCOLA..., 1892a, p. 1.
- 17 ESCOLA..., 1899, p. 3.
- 18 ESCOLA..., 1894a, p. 3.
- 19 ESCOLA..., 1894b, p. 4.
- 20 ESCOLA..., 1895b, p. 4.
- 21 ESCOLA..., 1900, p. 3.
- 22 REFORMA..., 1899, p. 3.
- 23 Vasilha de aduelas para vinhos, de grande dotação, o equivalente a duas pipas (840 litros) (GEPB, [195-]).
- 24 BULETIN..., 1887, p.1.
- 25 O vinho era a principal produção de Torres Vedras, com 15% da área do município plantado de vinhas em 1903 e 60% em 1915 (o que correspondia a 6% do território nacional que estava ocupado por esta cultura) (REIS, 1999).
- 26 Nome de várias doenças das plantas, causadas por diversos fungos da família das *peronosporáceas*, que se manifestam geralmente por manchas (GEPB, [195-]).
- 27 AS VINHAS..., 1888, p.1.
- 28 SULPHURETO..., 1887, p. 4.
- 29 OS INSETICIDAS..., 1888, p.1.
- 30 Cogumelo parasita das uvas. Este fungo é denominado na região de Dois Portos como cinzeiro e noutras zonas como poeira, visto que, devido a esta doença, as uvas acabam por adquirir uma tonalidade cinzenta, o que leva ao rachamento dos bagos e consequente seca dos cachos.
- 31 VITICULTURA..., 1886, p. 2.
- 32 A *calda a 2%* era formada por 2 quilogramas de sulfato de cobre, 1 quilograma de cal gorda em pedra e 100 litros de água.
- 33 O que veio posteriormente a provocar uma excessiva produção, na Europa, para os mercados existentes e que originou uma forte concorrência dos países melhor colocados internacionalmente (França, Espanha e Itália) sobre os vinhos nacionais (REIS, 1999). Assim, em 1907 e 1908 são publicados normativos para impedir a plantação de novas vinhas. A imposição em Torres Vedras foi regulada e controlada pelo administrador do município sobre os regedores das paróquias, isto é, “por carta de lei de 18 de setembro de 1908 foi suspensa a faculdade de plantar vinha, e por isso o administrador do município enviou carta a todos os regedores para constar que na sua freguesia a partir de 24 do dito mês está proibida a plantação, devendo V. Sr.<sup>a</sup> participar a esta administração, quando qualquer indivíduo ou proprietário esteja fazendo alguma plantação de vinha, e indicar sempre testemunhas que possam depor contra os transgressores desta lei” (PROIBIÇÃO..., 1908, p. 1). Situação que só foi alterada com o confronto bélico da I Guerra Mundial.
- 34 Vara que a videira dá em cada ano e que possibilita a criação de raízes nas suas articulações nodosas.
- 35 BACELLOS..., 1888, p. 3.
- 36 OS PORTA-ENXERTOS..., 1897, p. 2.
- 37 Que estuda os insectos.

- 38 VIDEIRAS..., 1900, p. 2.
- 39 O “MEETING”..., 1888, p. 1.
- 40 O COMÍCIO..., 1888, p. 1.
- 41 Os sindicatos agrícolas surgem em Portugal como resultado dos sindicatos profissionais que são constituídos em França e dos quais resultam os sindicatos agrícolas a partir de 21 de março de 1884; estes últimos, no final do século XIX, chegam a atingir quase dois mil. Em Portugal, o primeiro sindicato agrícola foi constituído em Montemor-o-Velho, por um alvará de 14 de dezembro de 1884 (RELATÓRIO..., 1898, p. 1). Estes sindicatos constituíam-se como organizações corporativistas dos grandes produtores, que deste modo tentam junto do Governo encontrar soluções para a grave crise que atravessavam, nomeadamente com a filoxera.
- 42 Este tipo de crédito só foi permitido depois da implantação da República, ou seja, em 1 de março de 1911, através do decreto assinado pelo ministro do fomento, Brito Camacho. Todavia, as actividades das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo só foram regularizadas em 1914 e, posteriormente, regulamentadas em 1919.
- 43 ESTATUTOS..., 1897, p. 2.
- 44 RELATÓRIO..., 1898a, p. 1.
- 45 RELATÓRIO..., 1898b, p. 1.
- 46 *Ibidem*, p. 2.
- 47 SYNDICATO..., 1899b, p. 1.
- 48 SYNDICATO..., 1900, p. 1.
- 49 SYNDICATO..., 1899a, p. 1.
- 50 JUÍZES..., 1899, p. 1.
- 51 ADEGA..., 1902, p. 2.
- 52 LIGA..., 1902, p. 1.
- 53 ESTAÇÃO..., 2010.
- 54 QUINTA..., 1894, p. 3.
- 55 O ENSINO..., 1898, p. 1.

## Referências

- A CIRCULAR da Escola Agrícola. *A Semana*, Torres Vedras, n. 298, p. 1, 24 nov. 1892.
- ADEGA Social. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 106, p. 2, 23 mar. 1902.
- AS VINHAS phylloxeradas e os impostos. *A Semana*, Torres Vedras, n. 94, p. 1, 6 dez. 1888.
- BACELLOS americanos. *A Semana*, Torres Vedras, n. 85, p. 3, 4 out. 1888.
- BULETIN vinicole pour l'étranger. *A Semana*, Torres Vedras, n. 41, p. 1, 1 dez. 1887.
- CARVALHO, R. *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- ESCOLA agrícola de Torres Vedras. *A Semana*, Torres Vedras, n. 277, p. 1, 1 jul. 1892a.



ESCOLA de Operários Rurais «Ferreira Lapa» Torres Vedras. Anúncio. *A Vinha de Torres Vedras*, n. 345, p. 3, 30 ago. 1900.

ESCOLA de Viticultura Ferreira Lapa. *A Semana*, Torres Vedras, n. 301, p. 1, 15 dez. 1892b.

ESCOLA Prática de Viticultura de Torres Vedras. *A Semana*, Torres Vedras, n. 89, p. 2, 1 nov. 1888.

ESCOLA Viticultura Ferreira Lapa. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 15, p. 3, 3 maio 1894a.

ESCOLA Viticultura Ferreira Lapa. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 21, p. 4, 14 jun 1894b.

ESCOLA Viticultura Ferreira Lapa. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 63, p. 4, 4 abr. 1895a.

ESCOLA Viticultura Ferreira Lapa. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 80, p. 1, 1 ago. 1895b.

ESCOLA Viticultura Ferreira Lapa. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 271, p. 3, 30 mar. 1899.

ESTAÇÃO Vitivinícola Nacional. Disponível em: <<http://www.inrb.pt/fotos/editor2/inia/evn.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2010.

ESTATUTOS do “Sindicato Agrícola Regional de Torres Vedras”. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 190, p. 2-3, 9 set. 1897.

GEPB. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, [195-]. v. 1-37.

JUÍZES de Paz. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 6, p. 1, 30 abr. 1899.

LIGA Agrícola da Região de Torres Vedras. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 108, p. 1, 6 abr. 1902.

O COMÍCIO agrícola. *A Semana*, Torres Vedras, n. 93, p. 1, 29 nov. 1888.

O ENSINO Agrícola. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 249, p. 1, 27 out. 1898.

O “MEETING” da Ribaldeira. *A Semana*, Torres Vedras, n. 92, p. 1, 22 nov. 1888.

OS INSECTICIDAS. *A Semana*, Torres Vedras, n. 49, p. 1, 26 jan. 1888.

OS PORTA-ENXERTOS americanos. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 206, p. 2, 30 dez. 1897.

PRÁTICAS vinícolas. *A Semana*, Torres Vedras, n. 288, p. 1, 15 set. 1892.

PROIBIÇÃO do plantio de vinha. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 449, p. 1, 18 out. 1908.

QUINTA da Almoinha. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 11, p. 3, 5 abr. 1894.

REFORMA do ensino agrícola. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 301, p. 3, 26 out. 1899.

REIS, C. *Cenas da vida de Torres Vedras*. Torres Vedras: Município de Torres Vedras/Cultura/Linhas de Torres Vedras, 1999.

RELATÓRIO do Sindicato Agrícola de Torres Vedras na primeira época da sua existência, *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 242, p. 1, 8 set. 1898a.

RELATÓRIO do Sindicato Agrícola de Torres Vedras na primeira época da sua existência, *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 243, p. 1-2, 15 set. 1898b.

SARTV. *Estatutos/Sindicato Agrícola Regional de Torres Vedras*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

SULPHURETO. *A Semana*, Torres Vedras, n. 2, p. 4, 3 mar. 1887.

SYNDICATO Agrícola Regional de Torres Vedras. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 33, p. 1, 5 nov. 1899a.

SYNDICATO Agrícola Regional de Torres Vedras. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 35, p. 1, 19 nov. 1899b.

SYNDICATO Agrícola Regional de Torres Vedras. *Folha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 63, p. 1, 3 jun. 1900.

VIDEIRAS da collecção Bouschet. *A Vinha de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 316, p. 2, 8 fev. 1900.

VITICULTURA. *Jornal de Torres Vedras*, Torres Vedras, n. 78, p. 2, 24 jun. 1886.

Recebido em 20 jul. 2013 / Aprovado em 9 jan. 2014

Para referenciar este texto

BAIXINHO, A. F. A Escola de Viticultura Ferreira Lapa e o associativismo regional em Torres Vedras: suas organizações e objetivos nos finais do século XIX. *EccoS*, São Paulo, n. 33, p. 17-41. jan/abr. 2014.